



A INFLUÊNCIA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA METODOLOGIA DE ENSINO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA REDE PÚBLICA.

Mayra Ilze Xavier ¹

RESUMO

Este Trabalho apresenta uma pesquisa que tem por objetivo compreender como as Avaliações externas influenciam na metodologia de ensino dos professores de matemática da rede pública, uma vez que ela vem sendo uma ferramenta para ajudar a avaliar as práticas pedagógicas das escolas e seus resultados, que servem de instrumentos para refletir sobre essas práticas. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, visto que esse tipo de pesquisa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa das informações. A produção dos dados foi realizada mediante questionários a professores de matemática da rede pública e análise de diários. Constatou-se através desta pesquisa que os professores reconhecem a importância das avaliações externas, mas ficou evidente ainda, que essas provas vêm interferindo na autonomia dos professores que sofrem grande influência na metodologia de suas aulas.

Palavras-chave: Avaliações externas; Metodologia de Ensino; Matemática.

INTRODUÇÃO

A Matemática aparece como componente curricular obrigatório e dominante nos currículos da Educação Básica, em todos os sistemas escolares (D'AMBRÓSIO, 1992). Em algumas avaliações aplicadas pelo governo (SAEB, ENEM, dentre outros), um grande número de questões é fundamentado em conteúdos ensinados, bem como em habilidades e competências que se espera que os alunos desenvolvam a partir da sua aprendizagem Matemática no ensino regular. Para tanto, muitos educadores fundamentam suas metodologias de ensino nestas avaliações, utilizando cadernos prontos, ou provas de edições anteriores. Como

¹ Pós Graduada pelo Curso de Metodologia do Ensino da Matemática pela Universidade Estácio de Sá- PE, mayraixavier@gmail.com ;

guia de planejamento de aulas; instrumento de avaliação; e como uma das avaliações padronizadas oferecidas para estudantes da Educação Básica.

As avaliações externas têm por objetivo assegurar a qualidade da Educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Os resultados dos testes aplicados apontam para a realidade de ensino, oferecendo um panorama do desempenho educacional, proporcionando um instrumento para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares.

Este presente trabalho foi motivado, em parte, pela vivência no dia a dia com essas avaliações e como outros professores vem lidando, uma vez que a busca pelos bons resultados se tornou um grande desafio para comunidade escolar e principalmente para o professor, pois estes precisam identificar as dificuldades e estabelecer estratégias pedagógicas para a obtenção de bons resultados, onde acabam sendo muito pressionado para aumentar os índices da escola.

Assim sendo, a presente pesquisa procurou investigar como professores de matemática das escolas públicas estão utilizando as questões das avaliações externas em sala de aula. Esse estudo é importante, uma vez que através dele foi possível saber em quais aspectos as avaliações externas influenciam a metodologia dos professores de matemática.

METODOLOGIA

Caracterizado como uma pesquisa de campo, nesse trabalho, a metodologia utilizada é de cunho qualitativo, visto que nesse tipo de investigação o pesquisador vai a campo buscando compreender o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nela envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995). Através de pesquisas com professores e comparação com documentos, o trabalho visou esclarecer como as Avaliações Externas influenciam a metodologia utilizada por professores de Matemática na rede pública.

A produção de dados se deu, por um questionário constituído por doze perguntas em relação às avaliações externas, análise documental, planejamentos, diários e o posicionamento das escolas, como as avaliações influenciam a didática de funcionamento das mesmas e a metodologia de seus professores. Foram apresentadas perguntas que visavam caracterizar como esses professores utilizam essas avaliações como instrumentos didáticos em suas aulas.

O questionário teve como sujeitos investigados, dez professores do estado de Pernambuco, atuantes da rede pública de ensino, estadual e municipal. A pesquisa se desenvolveu com professores da rede pública, pois são as escolas que sofrem influências diretas dessas avaliações, e algumas avaliações são facultativas as escolas privadas.

Todos os professores entrevistados possuem formação em licenciatura em Matemática, lecionando nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, especificamente em anos que estejam direcionadas as avaliações externas. Sendo importante ressaltar que estas entrevistas foram direcionadas a partir de um roteiro semiestruturado, podendo ser adaptadas e foram realizadas individualmente. As questões estão dispostas no quadro a seguir:

Quadro 01: Questões pré-estruturadas para realização das entrevistas

Questões
1) Você conhece as provas externas (SAEB, ENEM, dentre outros)?
2) Na sua escola é feita a leitura e a análise detalhada do boletim com os resultados das avaliações externas?
3) É comum as escolas separarem as turmas por desempenho e utilizarem os resultados das avaliações externas para reforçar essas práticas. Na sua escola existe essa prática?
4) A equipe é reunida para debater as informações obtidas nesses boletins, e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparam um plano para transformar tudo isso em trabalho efetivo na escola ?
5) Você conversa com os alunos sobre o que é a avaliação, quais são seus objetivos, e reforça a importância de responder as questões com seriedade?
6) Você acha que essas avaliações geram resultados significativos para o aluno?
7) Na sua escola, no cotidiano das avaliações em sala de aula, e proposto provas no mesmo formato das avaliações externas, com testes e anotação de respostas em gabarito, para os alunos aprenderem a fazer exercícios neste formato?
8) Você acha que os conteúdos abordados nas provas externas estão de acordo com os trabalhados e sala de aula?
9) Os resultados oferecidos pelo SAEB são utilizados na sua intervenção pedagógica na rotina de sala de aula? De qual forma?
10) Você já participou de formações a respeito das avaliações externas?
11) Você é pressionado a utilizar em suas aulas, metodologias que envolvam as avaliações externas?
12) Na sua escola, você é cobrado quanto a os resultados obtidos nessas avaliações?

Vale salientar, que neste tipo de investigação procurou levar em consideração o contato com a realidade pesquisada, associando aos métodos dos professores, a posição da escola quanto às avaliações. Destaque-se ainda que as “pesquisas que procurem identificar os impactos

da avaliação em larga escala na configuração do trabalho pedagógico podem trazer importantes contribuições”, Souza e Arcas (2010, p.187). Desta forma os assuntos escolhidos dessa investigação são referentes à importância dada pelas docentes às avaliações externas, e a influência que sofrem. Destaca-se também que a coleta dos dados oriundos da entrevista teve como apoio, para sua caracterização, a técnica de análise do conteúdo.

A análise dos registros dos diários foi uma escolha amparada nas afirmações de Porlán e Martín (1997, p. 23), que ressaltam tratar-se de um recurso metodológico que possibilita um desenvolvimento progressivo de conhecimento profissional entre teoria, planejamento e prática. Ainda que os diários não revelem toda a rotina da prática docente, representam uma rica fonte de percepções diárias do professor sobre sua prática em meio a descrições e reflexões. Para além de uma demanda burocrática, tais registros guardam convicções e planejamento dos professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o começo da humanidade, os seres humanos têm coletado e interpretado informações para se organizarem no espaço e nas ações cotidianas. Planejar, ponderar e orientar fazem parte da rotina. Com a Educação Pública não é muito diferente, as avaliações educacionais permitem que se veja onde se está e aonde se quer chegar. A consolidação de uma cultura das avaliações, concebidas com o objetivo de aferir a qualidade do ensino, é uma das principais conquistas da área educacional dos últimos 20 anos. É nesse contexto que surgem as denominadas “avaliações externas”, conhecidas como “avaliações em larga escala” e “avaliações em massa”.

Pois segundo Luckesi (2003), a avaliação escolar é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho. A implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo governo federal nos anos 1990 deu início ao processo de disseminação das avaliações externas entre as redes de ensino, que se intensificou na década seguinte.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a avaliação é parte do processo de ensino e aprendizagem. Ela incide sobre uma grande variedade de aspectos relativos ao desempenho dos alunos. E elas se diferenciam por seus objetivos, características e resultados. De acordo com Lima (2006) as avaliações podem ser classificadas a partir das suas funções, básicas; controlar, classificar e diagnosticar. Segundo Lima (2006) a avaliação diagnóstica tem por objetivo realizar uma pré-avaliação dos alunos, de forma a constatar se



possuem os conhecimentos e habilidades necessárias para as novas aprendizagens. Pode, ainda, identificar eventuais dificuldades específicas de aprendizagem e as causas a serem encontradas. (LIMA, 2006, p.1). Este tipo de avaliação é o mais indicado para as possíveis intervenções e mediações que se queira realizar através dos seus resultados.

Essa análise dos resultados ainda possibilita a criação de um painel da Educação no país, ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para a área. Em uma perspectiva política, elas contribuem para definir qual o direito de aprendizagem básico que todo aluno deve ter assegurado. Esses parâmetros são essenciais para que as redes e as escolas reflitam quais são as estratégias para promover uma Educação de qualidade.

A História das Avaliações Externas no Brasil

Em 1906 surgiram às primeiras iniciativas de coletas de dados sobre a educação através do Anuário Estatístico do Brasil relativo a níveis, escolas, pessoal docente, matrícula e repetência. Mais tarde, enquanto se expandia pelo mundo a tendência de avaliação, foi criado no Brasil, o instituto Nacional de Pedagogia (hoje INEP), com o objetivo de fornecer informações aos serviços municipais, estaduais e particulares de educação. Em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional (LDB) que trazia pela primeira vez um instrumento legal ao termo Qualidade da Educação, que junto com a avaliação, foi tema destaque internacional com o Relatório Coleman (Estudo que foi encomendado pelo governo norte-americano por conta da suspeita de que havia uma distribuição desigual de qualidade entre as escolas e que essas desigualdades condicionavam as oportunidades educacionais e ocupacionais das pessoas) que tinha como objetivo principal verificar a Avaliação do Conhecimento dos alunos em diversas escolas.

A primeira experiência de Avaliação do Rendimento Escolar da Educação Básica, denominado Estudo do Rendimento Escolar da Zona Rural do Nordeste - EDURURAL/NE, foi realizado nos anos e 1981, 1983 e 1984. Após alguns anos, amplia-se o Programa do Nordeste ao restante do país ,surgindo o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP. (avaliação do Rendimento em Escolas do 1º Grau da Rede Pública). Em 1991, após ajuste o SAEP denominou-se SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e passa a realizar avaliações a cada dois anos.

Conhecendo as Avaliações.



O sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi à primeira iniciativa brasileira, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro. Em sua terceira edição foi adotada uma nova metodologia de construção do teste e análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Dessa forma, a comparabilidade entre os resultados das avaliações, ao longo do tempo, tornou-se possível.

A elaboração dos itens passou a seguir as Matrizes de Referência do Saeb, que avaliam competências e definem os conteúdos curriculares e operações mentais. Além de escolas públicas, uma amostra de escolas privadas passa a ser avaliada. Foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, e o sistema passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil.

A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo dez estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que, até então, vinha sendo realizada no Saeb. Já a Anresc passa a avaliar, de forma censitária, as escolas que atendessem ao critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4ª série/5º ano) ou dos anos finais (8ª série/9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola.

Com esse novo formato foi possível ao Inep combinar as médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, e calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Passou a compor o Saeb, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic).

Textualmente, no Decreto n. 6.094, de 2007, O IDEB é apresentado da seguinte forma: Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, com base nos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Porém em 2019 o Saeb passa por uma nova reestruturação para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC torna-se a referência na formulação dos itens do 2º ano (língua portuguesa e matemática) e do 9º ano do ensino fundamental, no caso dos testes de ciências da natureza e ciências humanas, aplicados de forma amostral. As siglas ANA,



Aneb e Anresc deixam de existir e todas as avaliações passam a ser identificadas pelo nome Saeb, 11 acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos.

A avaliação da alfabetização passa a ser realizada no 2º ano do ensino fundamental, primeiramente de forma amostral. Começa a avaliação da educação infantil, em caráter de estudo-piloto, com aplicação de questionários eletrônicos exclusivamente para professores e diretores. Secretários municipais e estaduais também passam a responder questionários eletrônicos.

Outro tipo de avaliação que tem grande representatividade é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado pelo MEC em 1988, como instrumento para avaliar o desempenho dos estudantes no término da educação básica. A partir de 2000, o exame passou a ser utilizado de modo integral ou parcial, para seleção a vagas em algumas instituições de ensino superior. Atualmente, com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Enem se tornou o processo nacional de seleção para ingresso na educação superior e certificação do ensino médio.

Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco

Em nosso estado temos o SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco) que é um instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes da rede pública estadual e municipal. Realizado pela primeira vez em 2000 e, posteriormente, em 2005. A partir do ano de 2008, passou a ser executado anualmente, utilizando o método de resposta ao item e à escala do SAEB.

O SAEPE constitui-se numa avaliação padronizada e censitária que permite aferir o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática no 3º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. O retorno dos resultados para a escola é feito por meio de boletins pedagógicos impressos e disponíveis no site da secretaria de educação, contendo os resultados por escola e as orientações para os professores e equipes gestora e técnica.

Através dessa avaliação também foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) é o indicador de qualidade da educação pública 12 estadual que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. O cálculo do IDEPE considera, a exemplo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), dois critérios complementares: o fluxo escolar e o desempenho dos alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e do 3º ano do ensino médio nos exames do SAEPE em Língua Portuguesa e Matemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados coletados no questionário, na primeira questão observa-se que é de conhecimento de todos os professores entrevistados, as avaliações externas como SAEB, ENEM e SAEPE. Diante das respostas obtidas no questionário identificamos que em todas as escolas há uma reunião entre o corpo docente para fazer a leitura e a análise detalhada do boletim com os resultados das avaliações externas das escolas, porém somente em algumas delas e que são realizadas, um plano para transformar todo diagnóstico e reflexão feita em trabalho efetivo na escola.

Os resultados das avaliações são expressos, geralmente, na Escala Saeb, que varia de 0 a 500 pontos. As provas são elaboradas a partir das Matrizes de Referência, que apresentam o objeto dos testes, construídas a partir de estudos das propostas curriculares de ensino vigentes no país, este documento apresenta os descritores, que serão utilizados na elaboração das questões presentes na prova, considerando os diversos níveis de complexidade em cada disciplina e etapa de escolaridade.

É importante ressaltar que, por meio desses resultados, três das dez escolas em que os professores entrevistados lecionam, é comum separarem as turmas por desempenho. Sabemos que essa maneira de montar turmas há muito deixou de ser bem-vista. Ela servia a um sistema que acreditava ser possível a existência de grupos homogêneos, em que alunos com nível de aprendizagem semelhante avançariam no mesmo ritmo. Os estudos de diversos psicólogos e educadores, com Vygotsky e Piaget, desmontaram esse mito, mostrando que a aprendizagem é algo individual e interno ao sujeito.

Quanto à questão do que os professores acham a respeito dessas avaliações para os alunos, houve um equilíbrio, mesmo todos eles tendo a prática de conversar com os alunos sobre o que é a avaliação, quais são seus objetivos, e reforçar a importância de responder as questões com seriedade, apenas metade deles acreditam que elas geram resultados significativos para os alunos. Apesar de haver no cotidiano das escolas, provas no mesmo formato das avaliações 17 externas, com testes e anotação de respostas em gabarito, para os alunos aprenderem a fazer exercícios neste formato, um professor pontuou:

“As avaliações externas são interessantes como uma autoavaliação do nosso trabalho, é possível, com os resultados, a gente analisar os conteúdos mais absorvidos pelos alunos e os que eles apresentam mais dificuldades.”

Perguntados sobre a influência dessas avaliações em suas metodologias e a importância dessas avaliações, um dos professores entrevistado, respondeu:

“As avaliações externas são necessárias visto que de certa forma nivelam os alunos da rede e também serve de parâmetro norteador para os professores em sala, de maneira e os resultados dos alunos identificam algumas falhas no ensino aprendizagem.”

Apesar de, aparentemente, inserir o aluno na importância de aplicação das avaliações, sabemos que a tendência é de responsabilizar o professor, como com a cobrança dos resultados obtidos, mesmo com inúmeros esforços dos professores para atender às exigências da cultura do desempenho, os sistemas de ensino oferecem poucos recursos para o cumprimento das metas estipuladas nos resultados avaliativos. Conforme Oliveira (2011, p.137): “As avaliações externas parecem ter sido elaboradas muito mais para subsidiar os gestores de redes educacionais do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. O relato de outro professor permite reforçar o que foi dito acima:

“Acredito e essas avaliações são um bom termômetro de como andam o aprendizado e o interesse do alunado, porém, a secretaria de educação e a escola superlativa o objetivo dessas avaliações quando questionam as práticas docentes mediante os resultados dos alunos, quando comparam os resultados de turmas distintas em anos diferentes. Penso que as gestoras, coordenadoras e supervisores não estão compreendendo bem o intuito real das avaliações de larga escala. Geralmente, as escolas que se mantêm na ponta do ranking são aquelas que treinam seus estudantes para as avaliações. O professor em si é forçado a mudar suas práticas de ensino com a perspectiva de melhorar os resultados desses alunos, o que não implica diretamente em aprendizado significativo.”

Mesmo que os conteúdos abordados nas provas externas não estejam totalmente de acordo com os trabalhados em sala de aula, deve-se ressaltar que os professores utilizam os resultados oferecidos pelas avaliações, na sua intervenção pedagógica na rotina de sala de aula. E o pouco apoio dado pelas secretarias de educação é traduzido nas propostas de formação continuada, mas que não auxiliam no trabalho desempenhado pelos professores.

Quando questionados quanto de qual forma os professores utilizam os resultados nas metodologias de suas aulas, foi constatada a utilização de questões das provas, por todos entrevistados. Utilizando práticas metodológicas para a resolução de problemas, como exposição oral e resolução de exercícios, tornando as aulas mais dinâmicas e não restringindo

o ensino de Matemática a modelos clássicos. Considerando importante fazer uma alternância entre exercícios de livros didáticos e exercícios retirados dos cadernos de questões das avaliações. Incluindo no planejamento de suas aulas o estudo das questões que já foram abordadas em edições anteriores dos exames. Nos relatos abaixo dos professores, ressaltou-se o uso de recursos didáticos voltados para as avaliações:

“As avaliações externas são parte do processo de ensino aprendizagem, nem sempre avaliam de forma global, uma vez que a avaliação discente deve ser contínua. Mas sim, elas influenciam nos processos metodológicos uma vez que a partir delas podemos usar recursos didáticos voltados para essas avaliações juntamente com o reforço de outros conteúdos programáticos.”

E ainda o uso de materiais didáticos específicos:

“Na minha escola os alunos recebem um material com foco nas avaliações externas, um cadernos de questões, um material complementar que somos obrigados a usar, e no fim das lições há sempre um simulado, então sempre estamos trabalhando com foco nas avaliações, há também formações para discutir os resultados desses simulados e analisar os conteúdos com mais dificuldades.”

Os professores pontuam ainda, através da Matriz de referência, a utilização dos descritores, habilidades e competências dentro das atividades realizadas em sala, pois analisando o currículo oficial e as matrizes dessas avaliações, é possível perceber claramente, ao longo dos anos, uma aproximação entre o currículo oficial, e as matrizes. Por alguns foi destacada a elaboração de alguns projetos de intervenção em turmas específicas de acordo com a devolutiva dos resultados das avaliações.

Na análise dos diários, é vasta a presença das avaliações externas nos diários analisados, nos registros, observa-se que as escolas se preocupam com a realização de simulados para preparação dos alunos. Verificou-se ainda a preocupação em fazer uso dessas avaliações. Vários registros demonstram a tentativa de tornar úteis as informações referentes a elas.

Os registros demonstram uma tentativa de tornar as avaliações externas parte da rotina da sala de aula, muito embora não haja pleno entendimento sobre como fazê-lo. Percebe-se, pelos registros, que falta conhecimento técnico, propriamente dito, sobre as informações que uma avaliação externa pode oferecer e, conseqüentemente, os usos que podem ser feitos. Entende-se que muitas das mudanças acontecem não pelos professores acreditarem nos resultados das provas, mas sim pela pressão existente.

A noção de responsabilização, direcionada aos professores e demais profissionais da educação, se concretiza com a implementação de políticas que valorizam a meritocracia e a competitividade, indicando a influência da lógica capitalista no sistema educacional. Como por



exemplo, a instituição de um bônus que leva em conta dentre os critérios para sua distribuição os resultados da avaliação em larga escala.

No estado de Pernambuco há um incentivo financeiro para os servidores das escolas que alcançaram a partir de 50% da meta estabelecida em um termo de Compromisso. Metas essas que estão definidas no termo de compromisso que a escola firmou com a Secretaria de Educação de Pernambuco e foram estabelecidas a partir da realidade vivida por cada unidade, tendo como desafio melhorar seus indicadores em relação a elas mesmas. Desta maneira, as provas acabam por não cumprir o seu papel, os professores percebem que na sua prática docente sua autonomia na sala de aula está cada vez mais sendo interferida por essas políticas. E acabam julgando, avaliando cada vez mais suas ações, em torno de resultados e classificações.

Assim, é importante refletir coletivamente sobre o que este sistema de avaliação em larga escala oferece. Compreender a metodologia presente nas avaliações é fundamental para realizar o diagnóstico das turmas e o processo em que as ocorre. Com a aplicação da avaliação, as escolas discutem seu currículo e organizam o ensino, definindo as metodologias que devem ser utilizadas, planejam e reelaboram ações educativas e intervêm na gestão de recursos humanos e materiais, bem como monitoram o progresso do educando. Além da sociedade se manter informada sobre o desempenho, o governo pode estabelecer ações políticas formativas e educativas, monitorando a qualidade da educação, a fim de estabelecer e formular políticas.

Nesse sentido, fica claro a importância da avaliação como diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem e sua necessidade para o estabelecimento das ações pedagógicas da escola e das redes de ensino. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, as avaliações nessa proposta, ajudarão a definir um projeto educacional comum, com intenções e expectativas a serem cumpridas por todas as instituições de ensino do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente apresentadas como necessárias para o monitoramento do desempenho de seus estudantes em provas padronizadas, permitindo comparações entre redes e escolas. As avaliações externas atualmente ocupam lugar de destaque no cotidiano da escola pública brasileira, tendo em vista que pretendem diagnosticar as condições de infraestrutura e, também, pedagógicas de ensino e aprendizagem, com a finalidade de desenvolver ações que visem à melhoria da qualidade do sistema educacional e redução das desigualdades existentes em nosso país.

Esse trabalho buscou apresentar os resultados de uma pesquisa que tinha como principal objetivo investigar junto aos professores de matemática as possíveis influências das avaliações externas



nas suas metodologias. Buscou-se com essa proposta compreender as percepções dos professores a respeito das avaliações externas e como elas afetavam seu trabalho no cotidiano escolar.

Deste modo, nos dados coletados, os docentes relataram que as avaliações externas se fazem necessárias no âmbito escolar e não descartam a sua importância de saber como está a qualidade do ensino. Porém, muitas vezes acabam interferindo no cotidiano escolar e, portanto, no trabalho do professor em sala de aula, pois muitas escolas visam preparar seus alunos para fazerem tais provas com intuito de serem bem avaliadas no IDEB.

Percebe-se que os testes em larga escala são modalidades de avaliação que estão presentes nas políticas educacionais como forma de gerar indicadores para a melhoria da educação, mas que, na verdade, esses testes nem sempre promovem o desenvolvimento processual e integral do aluno. A avaliação em larga escala deveria ser um instrumento que possibilitasse traçar um do perfil da aprendizagem dos alunos, identificando problemas e traçando novas soluções. Durante A realização deste trabalho foi possível analisar as repercussões que as avaliações externas têm na rotina da equipe pedagógica e na vida dos profissionais da escola.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/ e na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38.n.02, p. 373-388. BRASIL.

MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997. D' AMBRÓSIO, U. Por que se ensina Matemática? São Paulo: PUC, 2003.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. **Avaliação e política educacionais: o processo de institucionalização do SAEB.** Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 101-132, Nov/1999. GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev. adm. Empres, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun 1995. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 04 jun 2020.

LDB. Lei nº. 9.394 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de novembro de 1996.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 8ª Ed. Cortez editora, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, R. P. de. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793- 822, set./dez. 2010.